



## **INTERCULTURALIDADE E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA**

### *INTER-CULTURE AND COMMUNITARY INTERVENTION*

**Maria da Conceição PINTO ANTUNES**

*Instituto de Educação e Psicologia*

*Universidade do Minho*

*Data de recepción: 15/02/2008*

*Data de aceptación: 19/06/2009*

#### **RESUMO**

Neste breve trabalho, pretendemos centrar-nos na importância capital da educação intercultural no âmbito das iniciativas educativas não formais, tendo em consideração que a educação intercultural é um dos princípios fundamentais da democracia cultural. Trata-se, não somente de um processo de democratização ou difusão cultural, no sentido de disponibilizar artefactos culturais às populações; mas sim de catalizar e rentabilizar as potencialidades das comunidades de modo a tornar os agentes sociais participantes activos da construção contínua do progresso cultural, do desenvolvimento sustentável das pessoas e das comunidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** interculturalidade; intervenção comunitária.

#### **ABSTRACT:**

In this brief essay we intend to focus on the capital importance of the intercultural education in the context of the non formal education initiatives, having in consideration that intercultural education is one of the fundamental principles of the cultural democracy. It's about, not only of one process of democratization or cultural diffusion in the sense of making available cultural tools to the population, but also to catalyse and to make profitable the potencialities of the communities in order to make social agents active participants on the continuous construction of the cultural progress, of the sustainable development of people and communities

**KEYWORDS:** inter-cultural; communitary intervention.

---

Correspondencia:

Maria da Conceição Pinto Antunes - Instituto de Educação e Psicologia - Universidade do Minho

Campus de Gualtar - 4710-057 Braga

E mail: mantunes@iep.uminho.pt

## **1. EDUCAÇÃO E INTERCULTURALIDADE**

Na sociedade multicultural dos nossos dias e, tendo em conta que o direito à diferença deve exercer-se com a mesma determinação que o direito à igualdade, a educação só pode ser entendida como educação intercultural.

Entendida no sentido do “- aprender e ensinar a conviver com a diferença – é um desafio e uma meta para todos: educadores, trabalhadores sociais, psicólogos, sindicalistas, sociólogos, polícias e homens de empresas, cidadãos em geral; mas sobretudo ensinar aos alunos a amar a sua cultura e identidade, respeitando outras diferenças, é uma tarefa incontornável do presente histórico” (Buezas, 1995, p.266). Não obstante tratar-se de uma realidade complexa, polissémica e de múltiplos matizes, uma das suas características mais singulares é o facto de ser transversal a todo o fenómeno educativo qualquer que seja o seu âmbito específico de intervenção. Poderemos mesmo entendê-la como uma questão de interesse público na medida em que prepara os cidadãos para a construção de uma sociedade democrática, justa, tolerante (Oliveira, 1999), respeitadora da diferença, entendendo esta última característica um significativo factor de inovação e progresso.

Cada cultura em si mesma, enquanto “conjunto de normas de pensamento e de conduta que dirige e organiza as actividades e produções materiais e mentais de um povo, no seu intento de adaptar o meio em que vive às suas necessidades, diferencia esse povo de qualquer outro e se transmite às gerações futuras” (Sánchez, 1999, p.250), não é, em absoluto, uma estrutura acabada, fechada e rígida.

Não obstante o facto de a cultura caracterizar um povo, pois mediante um conjunto de normas, valores, crenças e experiências comuns orienta para uma determinada maneira de pensar, ver, interpretar e experienciar o

mundo, ela é uma teia flexível e dinâmica que, continuamente, procura adaptar-se a novas situações integrando novos elementos, recombina-se, refazendo-se, ou seja, produzindo o que usualmente denominamos de progresso cultural. Enquanto preservação e dinamização de si mesma, a cultura pressupõe uma atitude de abertura, diálogo, interacção e intercâmbio com outras culturas. “As culturas, tal como as tradições, nascem, transformam-se e podem morrer quando carecem da capacidade para responder a novos reptos que a vida apresenta. Mas não nascem e não se transformam radicalmente separadas entre si. Quando se sentem incapazes de responder às necessidades da vida tomam elementos de outras culturas. A fusão de horizontes das diversas culturas é uma realidade [...]” (Idem, p. 254).

A interculturalidade, assim como a educação intercultural concretizam este projecto ético de diálogo, de interacção, de intercâmbio entre culturas, de respeito pelo outro e pela sua diferença, não a entendendo apenas como objecto de aceitação e tolerância mas como factor de progresso e inovação. A interculturalidade constitui o compromisso de assegurar a interacção e a convivência autênticas entre culturas diferentes, possibilitando que as minorias conservem a sua adesão a identidades culturais diversas da cultura maioritária ou dominante. A diversidade de culturas enquanto modos diferenciados de entender a vida e as relações sociais é entendida como factor promotor de inovação e progresso. A promoção da interacção, diálogo e cooperação é condição de promoção de maior conhecimento e compreensão do outro, isto é, de solidariedade entre os grupos, comunidades, povos e culturas pois, apesar das maiores diferenças todos partilhamos a dor e procuramos evitar o sofrimento (Dalai-Lama, 2000; Domingo, 1997; Rorty, 1992).

A educação intercultural focaliza-se, primordialmente, em promover o contacto com

diferentes discursos e diferentes culturas, proporcionar artefactos culturais de procedência diversa e plural pois, o reconhecimento de diferentes valores e diferenciadas perspectivas de interpretar e compreender a vida, agilizam os processos de superação de preconceitos e fomentam atitudes e predisposições positivas para uma convivência enriquecedora com pessoas de outras culturas. Procura educar na e para a diversidade, fomentar a convivência plural e, neste sentido, não deveria dirigir-se apenas a grupos ou comunidades minoritárias e/ou maioritárias mas abranger todos os cidadãos, todos os grupos e todos os contextos de educação formal, não formal e informal. Trata-se de uma opção transversal e uma tarefa interdisciplinar que envolve todos os actores sociais, fundamentalmente, aqueles que mais explicitamente desenvolvem funções educativas no sentido de levar os cidadãos a adoptar atitudes positivas face à diferença, fazendo substituir o preconceito pela escuta, a depreciação pela valorização da diferença, a imposição e a dependência pela autonomia.

Este pequeno ensaio pretende ser um texto reflexivo e crítico redigido a partir de uma intervenção educativa intercultural realizada com uma comunidade de minoria étnica cigana, no âmbito de uma experiência de estágio curricular da Licenciatura em Educação da Universidade do Minho.

## **2. O PROJECTO “DE OLHO VIVO NA COMUNIDADE CIGANA”**

### **2.1. EXPOSIÇÃO DO PROJECTO E DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES**

O Projecto “De Olho Vivo na Comunidade Cigana” teve como parceiro institucional a Associação Olho Vivo, entidade responsável pela operacionalização, através do Projecto ABC – Aprender a Brincar com as Crianças, do Programa Ser Criança, promovido pelo Instituto para o Desenvolvimento Social do Ministério do Trabalho e da

Solidariedade. O contexto de intervenção deste projecto de estágio decorreu no Atelier de Animação Sócio-educativa do Bairro do Picôto e a população alvo abrangida por esta intervenção foi um conjunto de crianças e jovens de minoria étnica cigana.

Cientes de que a integração e a interculturalidade pressupõem uma tomada de consciência da diversidade cultural e do respeito por esta diversidade perspectivando-a no sentido positivo, procurámos levar a população a conscientizar a sua realidade, os seus problemas e as suas potencialidades e promover experiências potenciadoras do desenvolvimento de atitudes e aptidões promotoras de interculturalidade, inclusão e integração.

Com o intuito de melhor conhecer as idiosincrasias desta comunidade, assim como as suas necessidades, desejos, expectativas, aspirações e potencialidades, através de uma pesquisa de tipo exploratório, procedemos à realização de um diagnóstico de necessidades. O diagnóstico de necessidades, ou análise da situação visou “descobrir os pontos fortes da situação, os seus aspectos positivos, ao lado das suas disfunções, das suas carências e das suas insuficiências” (Boutinet, 1990, p.260).

Como técnicas de recolha de dados, para além da análise dos dados obtidos pelo inquérito por questionário realizado à população do Bairro pela Associação Olho Vivo, privilegiámos as visitas informais ao Bairro, as conversas informais com os residentes, a observação directa não participante, as reuniões na Associação com técnicos que conheciam esta comunidade e a participação na Assembleia Geral com a Comunidade Cigana. Estas técnicas informais enquanto permitem “a análise do não-verbal e daquilo que ele revela: as condutas instituídas e os códigos de comportamento, a relação com o corpo, os modos de vida e os traços culturais” (Campenhoudt & Quivy, 1992, p.199), permitiram uma aproximação com a população-alvo e o estabeleci-

mento de relações cordiais, de empatia e confiança, assim como uma melhor apreensão e compreensão da cultura, do quotidiano, dos comportamentos e das relações sociais que caracterizam esta comunidade. Recorremos, ainda, a uma pesquisa e consulta bibliográficas no sentido de nos documentarmos acerca das características da comunidade e cultura ciganas, da intervenção com minorias étnicas e das questões relativas à interculturalidade.

Os dados que conseguimos obter permitiram evidenciar os seguintes problemas:

- tráfico de drogas e consumo de estupefacientes;
- elevado número de indivíduos em situação de exclusão e/ou reclusão;
- elevado número de famílias monoparentais e desempregadas;
- falta de hábitos de vida saudável;
- crianças vítimas de negligência e maus tratos;
- elevado insucesso e absentismo escolar;
- falta de apoio e incentivo à escolaridade.

Tendo em conta os problemas existentes no ambiente familiar e social das crianças e jovens abrangidas pela nossa intervenção, face ao diagnóstico de necessidades obtido, considerámos pertinente a criação de um conjunto de actividades no Atelier que visassem questões relativas à educação para a saúde, educação para a cidadania e educação intercultural.

## 2.2. FINALIDADE E OBJECTIVOS DO PROJECTO

Inerente à dinâmica do trabalho de projecto está a preocupação em esboçar claramente o modo como se pretende desencadear todo o processo. Neste sentido, delineámos uma meta

a atingir - a finalidade do projecto enquanto antecipação da imagem do que se pretende alcançar que, simultaneamente, indicia os princípios e valores que fundamentam a acção. O projecto “De olho vivo na comunidade cigana” estabeleceu como finalidade – Contribuir para a promoção social e a integração da população infanto-juvenil do Bairro do Picôto.

Os objectivos gerais, enquanto objectivos para a acção proporcionam directrizes para o delineamento dos planos e programas da acção, descrevem, por isso, grandes orientações para a acção. Para este projecto foram traçados os seguintes objectivos gerais:

- Promover a igualdade de oportunidades, direitos e deveres a todas as crianças e jovens frequentadores do Atelier, combatendo a exclusão e discriminação;
- Incrementar a educação para a saúde, a educação para a cidadania e a educação intercultural.

Quanto aos objectivos específicos, enquanto objectivos da acção são pensados como etapas de desenvolvimento do projecto, exprimindo as formas operatórias e os resultados, as mudanças e/ou modificações que pretendemos ir alcançando, foram esboçados os seguintes:

- Promover acções de educação para a saúde;
- Estabelecer/aprofundar parcerias na área da educação para a saúde;
- Promover acções no âmbito da educação para a cidadania abordando temáticas como interculturalidade, discriminação, exclusão social, igualdade de oportunidades e cidadania;
- Promover acções e situações promotoras de interculturalidade – diálogo, interacção e intercâmbio entre diferentes culturas.

### 2.3. METODOLOGIA

Uma vez que o processo de formação é sempre um processo de autoformação participada pois, como diz Nóvoa (1988, p.117), “é sempre a própria pessoa que se forma e forma-se na medida em que elabora uma compreensão sobre o seu percurso de vida”, optámos por uma metodologia de investigação-acção participativa enquanto promotora da implicação e participação activa e efectiva dos agentes sociais no seu processo de educação e desenvolvimento. Trata-se de uma metodologia que, enquanto um processo de investigação e acção, procura simultaneamente investigar e transformar a realidade, operacionalizando conhecimentos e destrezas que permitem aos sujeitos-actores trans(formar) comportamentos e atitudes conducentes às mudanças pessoais/colectivas desejadas. “A finalidade do estudo é a transformação da situação problema”, ou seja, “a finalidade do estudo é ser utilizado para actuar de uma maneira mais eficaz sobre um aspecto da realidade com o propósito de transformá-la ou modificá-la (Ander-Egg, 1990, p.35).

Atendendo à situação de exclusão social, marginalização e tradicional passividade e processos de auto-exclusão característicos da população cigana, a investigação-acção participativa mostrou-se extremamente pertinente na medida em que fomentou processos de participação, autonomização e estimulação de capacidades de criatividade e iniciativa até aí adormecidas ou subaproveitadas. Neste projecto de intervenção, optámos pela animação enquanto técnica de intervenção social, procurando promover e fomentar a mudança social através da vertente lúdica e de uma forma descontraída e divertida motivar os agentes sociais a participarem activamente no seu próprio desenvolvimento.

Como todo o trabalho de projecto iniciámos a nossa intervenção procurando integrar-mo-nos na comunidade alvo de intervenção

com o objectivo de estabelecer contactos e interacções, observar, ouvir e compreender as necessidades, problemas e aspirações dos agentes sociais para com eles elaborarmos um diagnóstico de necessidades.

Partindo da sua realidade concreta procurámos, conjuntamente com a população, desenhar um plano de actividades susceptível de resolver ou, pelo menos, diluir alguns dos problemas encontrados. Investimos em sensibilizar, motivar e implicar os sujeitos actores em todo o processo de intervenção reservando para nós o papel de dinamizadores e facilitadores da intervenção. Preocupámo-nos em proporcionar os instrumentos, habilidades e capacidades que habilitam a população a participar efectivamente e, posteriormente, a auto-sustentar o projecto (Idem). Procurámos rentabilizar e despertar potencialidades existentes e/ou adormecidas e valorizar a cultura endógena da comunidade procurando estabelecer pontes e intercâmbios com a cultura maioritária.

A avaliação contínua ou de acompanhamento enquanto permitiu “verificar se houve modificação e enriquecimento das acções de acordo com as intervenções e opiniões dos agentes implicados, dos seus interesses e preocupações, das suas carências e limitações” (Campenhoudt & Quivy, 1992, p.232), mostrou-se uma dinâmica auto-reguladora e auto-correctora muito relevante, pois permitiu ir reajustando as actividades aos interesses e ritmo de desenvolvimento do processo.

### 2.4. ACTIVIDADES

Face a uma comunidade em situação de exclusão social, por pertença a uma minoria étnica, investimos em dinâmicas promotoras de integração e inclusão com base em dois núcleos de intervenção:

1. Implementação de um programa de actividades de carácter lúdico, promotor de conhecimentos e competências no âmbito da

expressão artística, da cidadania e da interculturalidade.

2. Implementação de acções de sensibilização, informação e formação na área da saúde, sobre temas em que a população revelava informação muito deficitária (alimentação e hábitos de vida saudável; cuidados de higiene; planeamento familiar e relacionamento interpessoal).

No que concerne ao programa de actividades lúdicas, investimos no sentido de, através da animação sócio-cultural, fomentar e desenvolver competências a nível pessoal (memória, criatividade, imaginação), social (relação inter-pessoal, autonomia, participação) e intercultural (respeito, tolerância e aceitação da diferença). Implementámos uma série de actividades no âmbito da expressão artística (decoreção do espaço do atelier, actividades de desenho e pintura, actividade decora e recorda e outras) onde num ambiente descontraído e alegre as crianças brincando adquiriram competências técnicas na área da expressão artística e estimularam competências pessoais de diálogo, participação, criatividade, iniciativa, e relação interpessoal. Encetámos, paralelamente, um conjunto de actividades (dinamização da biblioteca do Atelier, actividades de apoio pedagógico-escolar, texto surpresa, quem fala aqui, dinamização de um conto infantil, realização de uma peça de teatro, criação de um conto), onde procurámos desenvolver as competências de leitura e escrita, estimulando o interesse e o gosto pelas mesmas, aproveitando estes textos para desenvolvimento de competências no âmbito da cidadania, da relação interpessoal e da interculturalidade, tornando este espaço um espaço de convívio e verdadeira educação/formação.

Fizemos deste espaço um espaço de preparação e de elaboração de materiais para participarmos na Oficina de Experiências Interculturais, uma iniciativa realizada no âmbito do “Programa Ser Criança”, que deco-

reu ao longo de uma semana, e tinha como objectivo promover a interculturalidade no seio da comunidade bracarense, através da dinamização de contos infantis, teatro, dinamização e animação de ateliers de pintura de rosto, expressão livre, pinturas com giz, etc.

No que concerne às acções de educação/promoção da saúde, encetámos algumas actividades com os agentes sociais no sentido de os sensibilizar para as questões da saúde procurando levá-los a entender que são os primeiros responsáveis e os principais agentes de um estilo de vida saudável (ou não). Fizemos algumas reuniões com os profissionais de saúde do Centro de Saúde da área de residência da população-alvo no sentido de apurar a viabilidade de, em conjunto com estes profissionais, criarmos um programa de saúde à comunidade cigana. Depois de obtermos uma resposta favorável procedemos à concepção do programa de educação para a saúde que, considerámos, iria de encontro às necessidades da população. Partindo dos problemas e das experiências de vida da população procurámos, através de uma pedagogia não directiva e dialógica e de uma participação activa, proporcionar informações e conhecimentos no sentido de estimular mudanças promotoras de um estilo de vida mais saudável. Incitámos os formandos a promoverem actividades no sentido de melhor compreenderem e interiorizarem cuidados relacionados com a alimentação saudável, os cuidados de higiene pessoal e da habitação, a importância das consultas de planeamento familiar, etc.

## 2.5. AVALIAÇÃO

Tendo em conta que avaliar consiste em “confrontar a realidade com o que é desejado ou esperado” e que “o sucesso e a qualidade de uma avaliação estão [...] relacionados com a utilização de critérios simultaneamente múltiplos e apropriados” (Estrela & Nóvoa, 1993, p.127), procedemos a uma avaliação permanente e transversal que atravessou todo o pro-

jecto. Procurámos que esta avaliação fosse realmente participativa envolvendo todos os intervenientes e claramente formativa no sentido de estimular o processo de educação/aprendizagem de todos os agentes sociais. Privilegiámos uma avaliação qualitativa recorrendo à observação directa, conversas informais, discussão e debate em grupo e preenchimento de grelhas informativas, onde procurámos apurar o grau de participação, empenho, envolvimento e desenvolvimento dos sujeitos actores.

Começámos por fazer uma avaliação de diagnóstico para melhor conhecer a população (problemas, necessidades, desejos, recursos, potencialidades), com quem pretendíamos trabalhar. Investimos numa avaliação de acompanhamento no sentido de fazermos um permanente “ponto da situação, manter uma linha de rumo, formular hipóteses, propor alternativas viáveis, identificar os riscos potenciais e pôr em prática as correcções necessárias” (Idem, p.123). Não obstante ter permitido avaliar os progressos e, por isso, controlar a prossecução do projecto, a avaliação de acompanhamento caracterizou-se mais por ser uma dinâmica de serviço, de apoio e de orientação (ou reorientação) das actividades (Ibidem).

No término do projecto procedemos a uma avaliação final que aos participantes permitiu uma maior consciencialização dos benefícios resultantes da acção, o reajustar do seu projecto pessoal e colocar em evidência os complementos da formação a adquirir e à equipa forneceu materiais para fazer o balanço, após a acção (Chastrette, M., Cros, D., De Ketele J.M., Mettelin, P., Thomas, J., 1988). Permitiu, em última análise, compararmos a realidade existente com aquela a que nos tínhamos proposto, ou seja, a realidade que alcançámos com aquela que desejávamos alcançar.

No que concerne às actividades de carácter lúdico, os resultados finais revelaram

resultados muito positivos evidenciando que os objectivos propostos foram alcançados. Os gráficos realizados com base na recolha de dados a partir das grelhas informativas<sup>1</sup> confirmaram a nossa percepção muito positiva relativamente a factores como empenho, motivação, implicação e participação ao longo de todo o processo. Procurando a brevidade possível na exposição dos dados, exporemos apenas os resultados de dois itens que consideramos muito significativos. Por exemplo, apesar da maioria das respostas ao item “expectativas no início das actividades” se situar no Muito Bom, o item “expectativas no final das actividades” situando-se no Muito Bom conseguiu um número ainda superior de respostas. Outro resultado elucidativo refere-se ao item “alteração positiva no projecto de vida” onde todas as respostas se situaram entre o Bom e o Muito Bom.

No que concerne às actividades potencializadoras de um estilo de vida mais saudável verificámos que algumas informações não foram devidamente interiorizadas e trabalhadas, consequentemente, embora alguns comportamentos tenham sido alterados, a trans(ormação) não atingiu os objectivos esperados. A população cigana tem uma cultura muito própria com hábitos muito enraizados, tornando-se muito resistente à mudança. Alterações comportamentais mais significativas exigiriam uma intervenção mais continuada.

Os resultados mais positivos da intervenção situaram-se, sem dúvida, ao nível da promoção da interculturalidade. Os trabalhos realizados e dinamizados no Atelier e a participação na Oficina de Oportunidades Interculturais foram momentos de verdadeiro diálogo, interacção, cooperação e intercâmbio entre a cultura cigana e a cultura maioritária. Sem dúvida, estes momentos foram responsáveis pelo desabrochar de mudanças atitudinais e alterações comportamentais muito significativas no que concerne a uma postura intercultural na forma de interpretar e experienciar o mundo.

### 3. ANÁLISE REFLEXIVA

A intervenção na comunidade cigana tem, efectivamente, problemas acrescidos, conta com um maior número de avanços e recuos e exige uma acção longa e demorada. A falta de condições de habitabilidade e de competências sócio-profissionais, o analfabetismo, a depreciação da cultura escolar, e a ligação ao tráfico e consumo de drogas, faz com que a auto e a hetero exclusão social seja um obstáculo muito difícil de ultrapassar. Apesar das dificuldades é fundamental apostar em processos de educação/formação promotores e estimuladores do diálogo intercultural, da cultura escolar e da inserção comunitária. Este é o passo decisivo para, partindo do respeito pela identidade própria desta comunidade, criar novas perspectivas de integração social, económica e cultural. Esta integração não pode passar pela aglutinação ou anulação da sua identidade social e cultural, mas sim pela potenciação das diferenças, enriquecendo simultaneamente os diferentes grupos culturais.

Os resultados obtidos na avaliação do projecto “De olho vivo na comunidade cigana” se, por um lado, evidenciaram que esta intervenção foi apenas um pequeno contributo para fomentar as mudanças e transformações necessárias, por outro lado, revelou que a educação não formal e, no caso vertente, a modalidade de intervenção comunitária consegue ser um meio extraordinário de desenvolvimento pessoal/colectivo em áreas em que a educação formal não tem conseguido encontrar respostas.

Efectivamente, este projecto sensibilizou, informou e formou sobre questões relativas à multiculturalidade e promoveu actividades e iniciativas de carácter intercultural, levando a comunidade cigana a participar em decisões e acções relativas à sua integração. Proporcionou simultaneamente, a oportunidade de dar a conhecer a cultura cigana criando, assim, oportunidades para o reconhecimento da cultura desta minoria étnica.

Toda a intervenção procurou, com base numa dinâmica lúdica, trabalhar no sentido de combater a exclusão social, fomentando a inserção harmoniosa e estimulando o diálogo intercultural. O processo revelou-se francamente positivo, dando indicações claras de que as transformações desejadas são passíveis de alcançar...

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ander-Egg, E. (1990). Repensando la inversión-acción-participativa. México: Editorial El Ateneo.
- Boutinet, J.P. (1990). *Antropologia do projecto*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Buezas, C. T. (1995). La Educación intercultural en una sociedad pluriétnica. In *Volver a Pensar la Educación, vol.1*, pp. 254-267. Madrid: Ediciones Morata.
- Cortesão, L. (1995). *O povo cigano: cidadãos na sombra. Processos explícitos e ocultos de exclusão*. Porto: Afrontamento.
- Dalai-Lama, (2000). *Ética para o novo milénio*. Camarate: Círculo de Leitores.
- De Ketele, J.M., Chastrette, M., Cros, D., Mettelin, P., Thomas, J. (1988). *Guia do formador*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Domingo, A. (1997). *Ética e voluntariado. Una solidaridad sin fronteras*. Madrid: PPC.
- Oliveira, M.E. (1999). Interculturalidad y emigración. El caso francés. In A.A.V.V. (Ed.), *Interculturalidad y educación para el desarrollo*. (pp.317-330). Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- Nóvoa, A. (1988). A formação tem que passar por aqui: as histórias de vida no projecto prosalus. In Nóvoa A., & Finger, M. (Ed.).



- O método (auto)biográfico e a formação.* (pp.107-130). Lisboa: Ministério da Saúde.
- Nóvoa, A. & Estrela, A. (1993). *Avaliações em educação: novas perspectivas.* Porto: Porto Editora.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais.* Lisboa: Gradiva.
- Rorty, R. (1992). *Contingência, ironia e solidariedade.* Lisboa: Editorial Presença.
- Sánchez, J. (1999). Interculturalidad y fomento de actitudes interculturales. In A.A.V.V. (Ed.), *Interculturalidad y educación para el desarrollo.*(pp. 249-262). Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.